

**ATA DA 25ª REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ GESTOR
DO FUNDO SETORIAL MINERAL - CT- MINERAL**

Data: 16 de dezembro de 2011

Horário: das 10h00 às 13h00

Local: CNPq - Brasília-DF – Sala Álvaro Alberto

1 – Presentes

1.1 – Membros do Comitê Gestor

Adalberto Fazio – Presidente da Reunião do CT-Mineral– MCTI

Marcelo Ribeiro Tunes – Representante do Setor Empresarial/IBRAM

Mário Ernesto Giroldo Valério – Representante da Comunidade Científica/UFS

Membros do Comitê Gestor ausentes (ausência justificada):

Ronaldo Mota – MCTI

Denise Maria de Carvalho- FINEP

Guilherme Sales Soares de Azevedo Melo- CNPq

Carlos Nogueira Costa Júnior- MME

Sérgio Augusto Dâmaso de Sousa- DNPM

1.2 – Equipe técnica e convidados

Maria Elisabeth Saavedra Rivano – MCTI/SEXEC/ASCOF

Elzivir Azevêdo Guerra – MCTI/SETEC/CGTS - Coordenador

Fernando Antônio Freitas Lins – MME/SGM/DTM - Diretor

Cristina Ferreira Correia Silva – MCTI/SETEC/CGTS – Analista em C&T

Tássia de Melo Arraes– MCTI/SETEC/CGTS – Analista em C&T

Natacha Carvalho Ferreira Santos – CNPq/Secretária Técnica

Ronaldo Luis Correa dos Santos – CETEM – Diretor Interino

Carlos Augusto Caldas de Moraes – CGEE –Adviser

Jaquelma Madeiro da Silva – ASCOF

Fernanda de Negri – ASCAV –

Paulo Guilherme Tanus Galvão –DNPM – Diretor

Alexandre Garcia Costa da Silva - CNPq



2. Pauta da Reunião

0. APROVAÇÃO DA ATA DA ÚLTIMA REUNIÃO
1. BALANÇO DA IMPLEMENTAÇÃO DAS AÇÕES DE 2011
2. ORÇAMENTO DE 2012 – CENÁRIO CNPq E FINEP
3. AVALIAÇÃO DOS FUNDOS
 - 3.1. PESQUISA AMOSTRAL – LEVANTAMENTO DE RESULTADOS DE PROJETOS – ASCOF
 - 3.2. AVALIAÇÃO DO FS – IPEA/CEDEPLAR
4. INÍCIO DO PROCESSO DE PLANEJAMENTO DAS AÇÕES DE 2012
5. DOCUMENTOS BÁSICOS DO FS: Diretrizes do FS, Regimento interno, Manual Operativo
6. SISTEMA SIGCTI – ESCRITÓRIOS VIRTUAIS
7. CALENDÁRIO DE REUNIÕES DE 2012

3. Andamento da Reunião

Abertura

O Presidente da reunião do Comitê Gestor e Representante do MCTI do Fundo Setorial Mineral, Sr. Adalberto Fazzio, abriu a reunião agradecendo a presença de todos. Informou que por recomendação da Controladoria-Geral da União - CGU, o relatório do Fundo Setorial Mineral relativo ao ano de 2010, elaborado pela FINEP, foi distribuído nas pastas da reunião para conhecimento de todos. Em seguida, o Presidente Sr. Adalberto Fazzio solicitou a aprovação, por parte dos membros presentes, da Ata da 24ª Reunião Ordinária do Comitê Gestor do Fundo Setorial Mineral – CT-MINERAL. Uma vez que não houve comentário a respeito da ATA, considerou-se aprovada.

Lembrou que, por recomendação da Secretaria Executiva, a reunião não teria caráter deliberativo, sendo que o início do processo de planejamento e apresentação dos Termos de Referência e projetos concretizados será tratado em uma reunião futura, prevista para ser realizada no final de janeiro de 2012.

Por fim, o Presidente Sr. Adalberto Fazzio conduziu, ao longo da reunião, a inversão de pauta em função da ausência de alguns dos participantes no momento em que determinado assunto seria tratado na reunião. Dessa forma, a ordem aprovada foi a seguinte: 2, 5, 3, 1, 6, 4.

1. ORÇAMENTO DE 2012 – CENÁRIO CNPq e FINEP

Como o representante do CNPq ainda não havia chegado, o presidente sugeriu inversão de pauta, passando para o item 2.

A Sra. Maria Elisabeth, Secretária Técnica do CT-Mineral, apresentou o “Cenário do



Orçamento de 2012” e a “Proposta de Plano de Investimento do FNDCT.”, destacando que o Orçamento ainda deverá ser aprovado pelo Congresso Nacional.

a) Orçamento previsto no Projeto de Lei Orçamentária Anual/PLOA para o FNDCT em 2012 é da ordem de R\$ 3,762 bilhões. Deduzindo-se deste montante R\$ 1,769 bilhão destinado a aplicações pré-definidas, que incluem as aplicações nos instrumentos Fundo Verde e Amarelo no valor de R\$ 302 milhões, Operações de Crédito FPDTE, de R\$ 933 milhões, a Subvenção Econômica (Lei da Inovação+Lei do Bem) de R\$ 504 milhões, outras aplicações do FNDCT de R\$ 30 milhões, ficarão disponíveis para as Ações Específicas dos Fundos Setoriais o montante de R\$ 1,993 bilhão. Deduzindo-se a Taxa de Administração (2%), a Despesa Operacional (3%) e os compromissos anteriores (com base na carteira das agências FINEP e CNPq), que totalizam R\$ 1,321 bilhão, o saldo para novas aplicações em 2012 é de R\$ 576 milhões, sendo R\$ 309 milhões em Ações Verticais e R\$ 191 milhões em Ações Transversais, além de R\$ 76 milhões para as Ações Transversais das Organizações Sociais/ OS (IMPA, MAMIRAUÁ, ABTLus, CGEE, RNP).

b) No que tange especificamente ao Fundo Setorial de Recursos Minerais tomando por base o PLOA de 2012 o valor previsto é de R\$ 8,47 milhões e considerando os compromissos em carteira nas Agências FINEP e CNPq, de R\$ 4,12 milhões, o valor destinado para taxas de administração de R\$ 0,42 milhão, restará um saldo para Novas Ações no valor de R\$ 3,92 milhões.

O Sr. Elzivir Guerra explicou que embora o recurso previsto para o ano de 2012 seja de R\$ 8,47 milhões, sabemos que essa estimativa equivale a cerca de 40% do valor que deve ser arrecadado no próximo ano. Isso por que dos aproximadamente R\$ 21 milhões, correspondentes a 2% da CFEM, destinados ao CT-Mineral, devem ser deduzidos 20% para o CT-INFRA. Além disso, desde 2010 está sendo considerado um corte linear dos Fundos de aproximadamente 50% do valor arrecadado para ações transversais ou pré-definidas do FNDCT. Essas Ações Transversais estão detalhadas nos itens 4, 5, 6, 7 e 10 da tabela do Cenário do Orçamento de 2012. Podemos verificar ainda que para o próximo ano não está prevista nenhuma reserva de contingência, e que há uma divisão nos valores de Ação Transversal e Vertical para todos os Fundos.

Após a apresentação, o Sr. Fernando Lins questionou que antigamente o CT-MINERAL era poupado dos cortes para Ações Transversais, devido a sua baixa dotação, mas que agora parece que o corte linear vale para todos os Fundos. Sobre essa colocação, questionou ainda se não poderia ser feito nada para que voltasse a ser descontado do CT-MINERAL apenas os 20% destinados ao CT-INFRA. Em resposta, o Presidente Sr. Adalberto Fazzio sugeriu que este comitê encaminhasse uma reivindicação solicitando a interrupção da retirada desse valor, levando-se em conta a importância estratégica crescente, pequeno valor e especificidade do Fundo em questão, que foi aprovada pelos membros presentes do CT-Mineral.



2. Documentos Básicos dos Fundos Setoriais: Diretrizes dos Fundos Setoriais, Regimento Interno, Manual Operativo.

O Presidente Sr. Adalberto Fazzio, comunicou que os documentos foram encaminhados por e-mail e constavam das pastas. Passou a palavra para o representante do CGEE falar sobre o trabalho do CGEE na definição das diretrizes estratégicas de todos os Fundos Setoriais. O Sr. Carlos Augusto Moraes informou que o CGEE está trabalhando para a confecção das diretrizes dos Fundos Setoriais, a exemplo do que foi feito anteriormente para o CT-HIDRO. Atualmente o CGEE está em fase de definição de como será realizado esse trabalho e de quem acompanhará cada Fundo. Até agora não há prazo previsto para sua conclusão.

O Sr. Elzvir comentou que em outubro de 2001 foi elaborado uma primeira versão das diretrizes do CT-MINERAL que, juntamente com outros estudos, poderão ser utilizadas como base para este trabalho. Além disso, outros materiais podem auxiliar na atualização das diretrizes desse fundo como as conclusões do Grupo de Trabalho de Agrominerais para o Brasil, as recomendações do trabalho desenvolvido pelo CETEM intitulado "Tendências Tecnológicas Brasil 2015" e ainda do Relatório do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos (GT-IME).

A Sra. Maria Elisabeth comentou que, com relação ao Regimento Interno e o Manual Operativo foram feitas propostas elaboradas para todos os Fundos e estes documentos estão abertos para contribuições por parte dos Comitês de acordo com as especificidades de cada Fundo. Como não havia prazo determinado pela ASCOF ficou definido que contribuições seriam encaminhadas até o final de janeiro para a Elisabeth, que encaminhará por e-mail com informações sobre o prazo.

3. Avaliação dos Fundos

A Sra. Fernanda de Negri, representante da Assessoria de Acompanhamento e Avaliação do MCTI, fez uma apresentação intitulada "Avaliação dos Fundos Setoriais (FNDCT)." Esse trabalho faz parte de um processo mais amplo de avaliação, que leva em consideração a avaliação que o próprio Ministério estava desenvolvendo internamente. Foi solicitada pela Secretaria Executiva do MCTI, por meio de convênio MCTI/FINEP/IPEA/FUNDEP/UFMG/FUNDEP. Explicou que o trabalho foi dividido em duas partes, uma mais geral abordando o funcionamento dos Fundos, os impactos da atuação do FNDCT, resultados alcançados, público alvo, etc., e a outra parte contemplando relatórios específicos de cada fundo setorial. Em sua apresentação, mostrou como foi conduzido o trabalho e algumas conclusões alcançadas.

O Sr. Fernando Lins perguntou se o apoio do FNDCT alavanca ou não os recursos nas empresas e se há estudos nesse sentido em outros países que mostrem uma tendência. Ela

informou que esses estudos existem e serviram de base para o estudo em questão, essa é uma discussão muito forte na literatura internacional: se existe o efeito *crowding out* (deslocamento) ou de adicionalidade. Muitos dos estudos internacionais avaliados apontam para uma existência de adicionalidade ou para inexistência de *crowding out*, ou seja, no Brasil como no mundo, os investimentos públicos em P&D não estão deslocando os investimentos privados. Agora o que ocorre no mundo e que também se repete aqui no Brasil, os resultados de adicionalidade, ou seja, se o investimento público está alavancando mais do que proporcionalmente os investimentos privados em P&D, esse efeito às vezes é encontrado, às vezes não.

O Sr. Mário Valério comentou sobre a relevância do estudo e chamou atenção para alguns aspectos que devem ser levados em consideração. O primeiro deles diz respeito ao fato de que a partir do momento que você investe recursos públicos na infraestrutura da instituição e ela então presta o serviço tecnológico para a empresa, indiretamente está sendo disponibilizado recurso público para a empresa. Outro fato importante é que não existe no Brasil uma cultura de valorizar a formação do empresário, e dessa forma não se leva em consideração a importância de se ter no corpo técnico da empresa, mestres, doutores, etc. Em outros países, muitas vezes você só consegue investimentos por que possui uma equipe de doutores no projeto. E isso contribui muito para o diálogo, uma vez que se torna muito difícil ter demanda por tecnologia se você não tem parceria de ambos os lados. Assim, vemos muitas vezes uma empresa buscando soluções em uma instituição, mas sem condições inclusive de estabelecer parceria por que ela não tem contrapartida de pessoal técnico. Então é necessário também investir na capacitação técnica de pessoal nas empresas, pois só assim incentivaremos a demanda por parte das empresas.

4. Balanço da implementação das ações de 2011

A Senhora Natacha Carvalho, representante do CNPq fez uma apresentação intitulada "CNPq – Ações 2008 a 2011" que descreveu as ações verticais do CT-Mineral implementadas pelo CNPq por meio de Editais e Encomendas no período de 2008 a 2011. Esta apresentação foi semelhante à apresentada na reunião de setembro de 2011 com algumas atualizações.

4.1 Ações em andamento

4.1.1 Editais

a) Edital 56/2008 - Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e tecnologias para Sistemas Produtivos Locais do Setor Mineral

- R\$ 6,1 milhões para 2 chamadas:

Chamada 1: R\$ 3,6 milhões para projetos de 250 a 500 mil reais.

Chamada 2: R\$ 2,5 milhões para projetos de 100 a 500 mil reais.

- Liberação dos recursos: totalidade já empenhada.

	2009	2009	2010	2011
previsto	2,0	2,1	2,0	-
desembolso	1,5	3,0	1,5	0,11

b) Edital 12/2009 - Convênio com a Vale - Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e tecnologias para Sistemas Produtivos Locais do Setor Mineral

- Valor: R\$ 9,4 milhões em 2 chamadas:
Chamada 1: R\$ 6,9 Mi - projetos entre R\$ 150 e 500 mil.
Chamada 2: R\$ 2,5 Mi - projetos cooperativos de R\$ 100 a 350 mil.

- ✓ Envio de relatórios técnicos e financeiros ao final do 1º ano de projeto.
- ✓ Projetos financiados pela Vale tiveram relatórios enviados à empresa.
- ✓ Todos os recursos empenhados.
- ✓ Falta liberar R\$ 186.391,44.
- ✓ Reunião de avaliação e acompanhamento.

c) Edital 44/2010 - Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e tecnologias para Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral

- Valor: 6,8 milhões em 2 chamadas:
Chamada 1: R\$ 4,0 milhões para projetos de 150 a 500 mil reais.
Chamada 2: R\$ 2,8 milhões para projetos cooperativos de 100 a 400 mil reais.
- Liberação dos recursos – Falta empenhar a segunda parcela de capital no valor de R\$ 2,5 milhões.

	2011	2012
previsto	3,4	3,4
desembolso	2,08	4,72



Aprovação de 4 novas propostas em P2 - Total de R\$ 1.400.000,00

Edital Nº 44/2010	Proponente	Valor Aprovado	Instituição/ UF
Chamada 1 R\$ 757.684,88 (54,12%)	Moacir José Buenano Macambira	R\$ 404.708,88	UFPA/PA
	Versiane Albis Leão	R\$ 352.940,00	UFOP/MG
Chamada 2 R\$ 624.351,12 (45,88%)	Roberto Carlos da Conceição Ribeiro	R\$ 318.675,56	CETEM/RJ
	Dachamir Hotza	R\$ 323.675,56	UFSC/SC

4.1.2 Encomendas

a) Capacitação de RH Rede Geochronos

2005 – Ciro Jorge Appi (encerrado).

2011 – Joseneusa Brilhante Rodrigues (CPRM)

- Total concedido originalmente: R\$ 1.590.000,00.
 - R\$ 474.928,59 em Custeio.
 - R\$ 1.115.071,41 em Bolsas.
- Total devolvido e sendo repassado ao novo projeto:
 - R\$ 236.771,83 em Custeio.
 - R\$ 162.493,71 em Bolsas.

b) RedeAPLMineral – Rede Brasileira de Informações de Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral - Cecília Leite Oliveira

- Total concedido: R\$ 600.000,00.
 - R\$ 378.825,36 em Custeio e Capital.
 - R\$ 221.174,64 em Bolsas.
- A liberar: R\$ 189.412,68 Custeio e Capital.
- 7 bolsas DTI/ITI em curso.

4.2 Ações Previstas e ainda não realizadas

a) Edital 02/2011 - RH para o Setor Mineral

Lançamento inicialmente previsto para fevereiro de 2011.



Ação contingenciada.

- Valor: R\$ 10,4 milhões para 2 chamadas:
 - Chamada 1: R\$ 1,8 milhões. Projetos de até R\$ 800 mil reais - Concessão de recursos para pesquisa e bolsas de mestrado profissionalizante e Fomento Tecnológico.
 - Chamada 2: R\$ 8,6 milhões para projetos de até 750 mil reais – Concessão de recursos para pesquisa Bolsa: bolsas GD, GM, PDJ, PDS, IC e ITI.

b) Edital – Recursos Agrominerais

- Total de recursos: R\$ 7 milhões.
- Custeio, Capital e Bolsas (ITI, GM, GD, PDJ e PDS).
- Realização de oficinas.

	2010	2011
FNDCT	R\$ 4.000.000,00	R\$ 3.000.000,00

- Demanda de novas Ações Transversais 2011- proposta reduzida aprovada pelo conselho diretor.

c) Edital – Recursos Minerais do Mar

- Total de recursos: R\$ 5 milhões.
- Custeio, Capital e Bolsas (IC, ITI, GM, GD, PDJ e PDS).
- Realização de oficinas.

	2010	2011
FNDCT	R\$ 3.000.000,00	R\$ 2.000.000,00

- A proposta não foi priorizada na demanda de novas Ações Transversais para 2011.

O Sr. Fernando Lins sugeriu ao CNPq que no *site* de resultados de Editais seja colocado além dos valores e das Instituições, coloque-se uma coluna com o Título do Projeto para facilitar a consulta.

5. Sistema SIGCTI – Escritórios Virtuais

A Sra. Jaquelma Madeiro apresentou o Sistema de Informações Gerenciais de Ciência, Tecnologia e Inovação-SIGCTI e mostrou como utilizar as ferramentas disponíveis. Explicou como fazer o *login* e como encontrar documentos referentes ao CT-Mineral, tais como atas de reuniões, acompanhamento das deliberações, compartilhamento de documentos básicos e avaliações,

cadastro de demandas e termos de referência, e com relação aos outros Fundos, a consulta ao plano de investimento e geração de relatórios.

6. Início do processo de planejamento das ações de 2012

Uma vez que não havia nada a ser deliberado na reunião, o Presidente Dr. Adalberto Fazzio passou para as apresentações.

O Sr. Fernando Lins iniciou sua palestra informando que o tema “minerais estratégicos” encontra-se inserido no Plano Nacional de Mineração 2030, publicado pelo MME no início de 2011, e também no relatório desenvolvido como produto do Grupo de Trabalho Interministerial sobre Minerais Estratégicos, instituído por meio da portaria nº 614, de 30 de junho de 2010. Falou sobre o conceito de minerais estratégicos, destacando as terras raras e suas aplicações. Finalizou a sua apresentação citando as principais recomendações do GTI-ME com relação às terras raras que foram: 1) criar um GT que articule as ações futuras; 2) Desenvolver um estudo prospectivo voltado para a avaliação de mercado, 3) Levantamento Geológico; 4) Programa de P,D&I; 5) Integração em projetos inovadores; e 6) Articulações público-privadas.

A apresentação seguinte foi feita pelo Sr. Ronaldo Santos, Diretor Interino do CETEM. Ele fez uma apresentação síntese do I Seminário Brasileiro de Terras Raras, Promovido pelo MCTI e MME, com acompanhamento do MDIC, por meio da ABDI, e coordenado pelo Centro de Tecnologia Mineral – CETEM. O Seminário ocorreu no último dia 07 de dezembro, no Rio de Janeiro e teve como objetivo principal reunir atores e promover discussões para alavancar a instalação de uma cadeia produtiva de terras raras no Brasil. Mostrou aos participantes as percepções da comissão organizadora no decorrer do evento e as principais recomendações e desafios a serem perseguidos.

O Sr. Fernando Lins informou que ao final do evento, foi elaborado um documento com recomendações que deverá ser entregue aos Ministros do MCTI, MME e ABDI. Comentou ainda que durante o seminário, ocorreu um fato interessante: no debate, a INB informou que possui um estoque de monazita em Buena/RJ e que tem interesse em vendê-lo; por outro lado uma empresa mostrou-se interessada em comprar o material. Ou seja, trata-se de um contrato de compra e venda quase que público e essa é uma questão positiva que poderá ter um encaminhamento imediato, bastando fazer a articulação com a CNEN e demais atores envolvidos. Outro fato interessante foi que na última sessão do seminário, módulo que tratava do mercado de produtos de terras raras, foi colocado que as empresas consumidoras de magnetos têm interesse em avançar no processo que permita a produção do minério. Além disso, o BNDES acenou com a possibilidade de financiar parte de uma Sociedade de Propósito Específico – SPE, com a finalidade de

instrumentalizar o consórcio de entidades que possuem objetivo comum (MCTI, MME, INB, MBAC, Bosch, Fundação Certi, Embraco, FCC, Impsa, Siemens, WEG, Institutos de Pesquisa e BNDES) .

O Sr. Mário Valério destacou a importância de incluir a questão da formação de recursos humanos para retomada da massa crítica atuante na área de terras raras.

O Sr. Elzivir Guerra lembrou ainda um aspecto relevante que é a questão do “*time*” que é importante considerar por que há vários projetos sendo desenvolvidos no mundo e o mercado é pequeno, de 140 mil a 200 mil toneladas de óxidos de terras raras anuais para os próximos 5 anos, embora haja diferenciação entre terras raras leves e pesados, onde os leves estarão em abundância e os pesados em carência, mas com esses investimentos todos que estão fazendo haverá uma oportunidade dessa demanda ser suprida e a questão inicial de valorização da *commodities* desaparecer. Então o país tem capacidade, instituições, reservas e recursos minerais, mas tem que agregar tudo isso num tempo muito curto, para que num prazo de cerca de quatro anos esteja habilitado para ter o domínio tecnológico de produção e uso de terras raras em escala piloto. Caso haja demora nas decisões, a oportunidade será perdida.

O Sr. Mário Valério ressaltou a importância de que devemos pensar em longo prazo, criando competência no país para atacar qualquer problema associado aos recursos minerais disponíveis no nosso território. Como existem reservas consideráveis de terras raras, lítio e nióbio, pode-se criar uma infraestrutura que comece envolvendo, por exemplo, a produção de irmãos de terras raras, mas que se usará posteriormente uma série de outros recursos minerais do país para desenvolver novos produtos.

Por fim, o Sr. Elzivir Guerra, representante do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovação – MCTI, apresentou a palestra intitulada “Planejamento de P, D&I em Recursos Minerais do MCTI – 2011 a 2015”. Apresentou a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação – ENCTI, 2011-2015, mostrando que a área de recursos minerais está diretamente ligada a dois dos principais desafios do ENCTI, a saber: “fomentar a sustentabilidade ambiental e uma economia de baixo carbono” e “ampliar e consolidar as competências na economia do conhecimento de recursos naturais”. Falou sobre os eixos de sustentação do ENCTI e mostrou que o tema recursos minerais estão contemplados nos itens fomento a economia verde, na área de energia, e nos programas complementares, nas áreas de carvão mineral e minerais estratégicos. Mostrou ainda a ampliação dos programas e orçamento na área de recursos minerais, onde o Ministério propõe cinco ações prioritárias, a saber: P, D&I em geologia e mineração; P, D&I em transformação mineral; P,D&I em minerais estratégicos; P,D&I em recursos minerais do mar; P,D&I em cadeias produtivas de minerais não-metálicos. Esse programa apresenta sinergia com duas áreas do Plano Brasil Maior, do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior - MDIC, uma vez que este plano apresenta ações nas áreas de fertilizantes, minero-metalurgia e complexos da indústria da construção civil. Apresentou também a proposta de ações prioritárias e estudos prospectivos e

tecnológicos na área de recursos minerais. Ao final, apresentou a proposta de ações na área de recursos minerais para 2012-2015, mostrada no quadro a seguir, para avaliação.

Propostas de ações na área de recursos minerais para 2012 - 2015

Subprograma ENCT/PACTI 2011 - 2015	Agência	Ações	Recursos 2012 (R\$ mil)	Observação
PD&I em Geologia e Mineração, Minerais Estratégicos, nas Cadeias Produtivas de Minerais Não-Metálicos.	CNPq	AV 1/2012 - Edital MCTI/CT-Mineral/CNPq.../2010 - Tendências Tecnológicas do Setor Mineral e tecnologias para Arranjos Produtivos Locais de Base Mineral		Total = R\$ 8,2 milhões; Prazo: 36 meses
PD&I nas Cadeias Produtivas de Minerais Não-Metálicos	Finep	AV 2/2012 - Apoio à Normalização, Avaliação da Conformidade, Avaliação de Ciclo de Vida e Rede de Análise e Ensaio para Cadeia produtiva de Cerâmica Vermelha		Total = R\$1,0 milhão; Prazo: 24 meses
PD&I em Minerais Estratégicos.		AV 3/2012 - Apoio a PD&I, Infraestrutura laboratorial e formação de RH para o desenvolvimento da cadeia produtiva de Terras raras no Brasil		Total = R\$ 24 milhões; Prazo: 48 meses
Total				

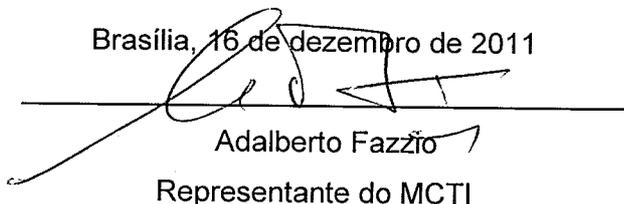
7. Calendário de Reuniões de 2012 para o Planejamento de definições de Prioridades do CT-Mineral.

Foram sugeridas como datas possíveis para a realização da próxima reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Minerais, os dias 13/02/2012 ou 14/02/2012, a serem confirmados posteriormente.

Não havendo mais comentários e contribuições, o Presidente Dr. Adalberto Fazzio encerrou a reunião, agradecendo a presença de todos.

8. Assinatura

Brasília, 16 de dezembro de 2011



Adalberto Fazzio

Representante do MCTI

Presidente da Reunião do Comitê Gestor do Fundo Setorial de Recursos Minerais